



Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.

31 de dezembro de 2018

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanco Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	13
Nota 8 . Carteira de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14
Nota 9 . Outros Créditos	15
Nota 10 . Participações em Coligadas e Controladas	16
Nota 11 . Imobilizado de Uso	16
Nota 12 . Intangível	17
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	17
Nota 14 . Outras Obrigações	17
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	18
Nota 16 . Patrimônio Líquido	18
Nota 17 . Limites Operacionais	19
Nota 18 . Partes Relacionadas	19
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	20
Nota 20 . Despesas de Pessoal	20
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	20
Nota 22 . Despesas Tributárias	20
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	20
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	20
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	20
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	21
Nota 27 . Outras Informações	22
Nota 28 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A	22

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 1.149, contra um lucro de R\$ 12.237 apresentado no exercício de 2017.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 136.857 (31/12/2017 - R\$ 143.811), representado principalmente por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras	104.101	97.148
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	28.140	39.160
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	-	295

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu, ao final do exercício, o montante de R\$ 133.013 (31/12/2017 - R\$ 131.901), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	426	463
Reservas de Lucros	23.464	22.315

● Agência de Rating

O quadro abaixo refere-se ao Conglomerado Financeiro Original.

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B	B+
S&P ⁽²⁾	A-2	A-		

(1) Novembro 2018

(2) Setembro 2018

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Nos exercícios de 2018 e 2017 não tivemos aberturas de demandas na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o ano os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudesse criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		117.527	122.682
Disponibilidades	4	211	63
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	104.101	97.148
Aplicações no Mercado Aberto		104.101	97.148
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	11.294	22.863
Carteira Própria		11.294	18.221
Vinculados à Prestação de Garantias		-	4.642
Relações Interdependências		-	3
Transferências Internas de Recursos		-	3
Relações Interfinanceiras	7	1	14
Créditos Vinculados:		1	14
Depósitos no Banco Central		1	10
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	4
Operações de Crédito		-	-
Setor Privado	8.a	-	295
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(295)
Outros Créditos	9	1.904	2.589
Créditos Tributários	9.a.1	905	2.045
Diversos	9.c	999	544
Outros Valores e Bens	9.d	16	2
Despesas Antecipadas		16	2
Ativo Realizável a Longo Prazo		19.085	20.753
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	16.846	16.297
Carteira Própria		16.846	16.297
Outros Créditos	9	2.239	4.456
Créditos Tributários	9.a.1	2.169	4.349
Diversos	9.c	70	107
Permanente		245	376
Investimentos	10	100	100
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
Imobilizado de Uso	11	132	214
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475
(Depreciação Acumulada)		(1.343)	(1.261)
Intangível	12	13	62
Ativos Intangíveis		447	447
(Amortização Acumulada)		(434)	(385)
Total do Ativo		136.857	143.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		1.381	9.605
Depósitos	13.a	21	347
Depósitos à Vista		21	84
Depósitos a Prazo		-	263
Relações Interdependências		-	3
Transferências Internas de Recursos		-	3
Outras Obrigações		1.360	9.255
Sociais e Estatutárias		-	7.773
Fiscais e Previdenciárias	14.a	1.087	1.154
Diversas	14.b	273	328
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.463	2.305
Outras Obrigações		2.463	2.305
Diversas	14.b	2.463	2.305
Patrimônio Líquido		133.013	131.901
Capital Social:		109.123	109.123
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	23.464	22.315
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	426	463
Total do Passivo		136.857	143.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas de Intermediação Financeira		6.216	10.066	13.976
Resultado de Operações de Crédito	8.g	5	6	6.739
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	6.200	10.049	7.237
Resultado de Operações com Câmbio	9.e	11	11	-
Despesas da Intermediação Financeira		(2)	(16)	(37)
Operações de Captação no Mercado	13.a.2	(2)	(16)	(37)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		6.214	10.050	13.939
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	48	295	10.133
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		6.262	10.345	24.072
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.400)	(5.315)	(8.937)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	1	2	29
Despesas de Pessoal	20	-	(16)	(175)
Outras Despesas Administrativas	21	(1.928)	(4.531)	(8.349)
Despesas Tributárias	22	(373)	(549)	(421)
Outras Receitas Operacionais	23	18	50	24
Outras Despesas Operacionais	24	(118)	(271)	(45)
Resultado Operacional		3.862	5.030	15.135
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		3.862	5.030	15.135
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(3.388)	(3.884)	(2.884)
Provisão para Imposto de Renda		(29)	(241)	-
Provisão para Contribuição Social		(33)	(218)	-
Ativo Fiscal Diferido		(3.326)	(3.425)	(2.884)
Participação nos Lucros		-	3	(14)
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		474	1.149	12.237
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	(9.144)
Lucro Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0047	0,0115	0,1224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação		Total
					Patrimonial	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		109.123	2.856	16.365	85	-	128.429
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	378	-	378
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	12.237	12.237
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	612	6.836	-	(7.448)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	(4.354)	-	4.354	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(9.144)	(9.144)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		109.123	3.468	18.847	463	-	131.901
Mutações do Exercício		-	612	2.482	378	-	3.471
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		109.123	3.468	18.847	463	-	131.901
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(37)	-	(37)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	1.149	1.149
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	57	1.092	-	(1.149)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		109.123	3.525	19.939	426	-	133.013
Mutações do Exercício		-	57	1.092	(37)	-	1.112
Saldo em 30 de Junho de 2018		109.123	3.502	19.488	327	-	132.440
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	99	-	99
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	474	474
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	23	451	-	(474)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		109.123	3.525	19.939	426	-	133.013
Mutações do Semestre		-	23	451	99	-	573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		474	1.149	12.237
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		1.428	1.770	(4.356)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(48)	(295)	(10.133)
Carteira de crédito		(48)	(295)	(10.133)
Depreciações e Amortizações	21	64	131	212
Ajuste a Valor de Mercado		(2.232)	(1.734)	2.817
Tributos Diferidos		3.513	3.589	2.725
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		149	128	26
Provisão de Participações no Lucro		-	(3)	14
Demais ajustes no Semestre/Exercício		(18)	(46)	(17)
Lucro Líquido Ajustado do Semestre/Exercício		1.902	2.919	7.881
Variações em Ativos e Passivos				
Variações em Ativos e Passivos		(8.510)	11.955	13.791
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(3.827)	9.127	778
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		3	13	20
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		48	295	14.726
Redução (Aumento) em Outros Créditos		3.035	2.949	2.820
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		39	(13)	(2)
Aumento (Redução) em Depósitos		(270)	(326)	(1.950)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(7.806)	-	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		268	(90)	(2.601)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(6.608)	14.874	21.672
Atividades de Investimento				
Aquisição/Baixa/Transferência de Imobilizado de Uso		-	-	(114)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		-	-	(114)
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio pagos		-	(7.773)	(9.144)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(7.773)	(9.144)
Aumento/ (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.608)	7.101	12.414
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício		110.920	97.211	84.797
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	4	104.312	104.312	97.211
Aumento/ (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.608)	7.101	12.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2019 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular do Bacen nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento.
- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 2018 e 2017 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução n° 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

g) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores:

j.1) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos. (Vide Nota Explicativa n° 11).

j.2) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

Nos exercícios de 2018 e 2017, não foram registrados perdas por *Impairment*.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei n° 13.169/2015, fruto de conversão da MP n° 675/2015), retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei n° 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31/12/2018.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n° 3.823/09 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18b, de acordo com os requerimentos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009.

r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2018 não foram deliberados dividendos na forma de JCP, somente no exercício de 2017. (vide Nota Explicativa nº 16.c).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	211	63
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	104.101	97.148
Total	104.312	97.211

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2018		31/12/2017
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	104.101	104.101	97.148
Posição Bancada	104.101	104.101	97.148
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	104.101	104.101	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	97.148
Total	104.101	104.101	97.148
Circulante		104.101	97.148

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e os prazos referem-se ao lastro da operação. As aplicações em depósitos interfinanceiros são custodiadas na B3.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	8.661
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	10.664	630	11.294	9.560
Total Carteira Própria	10.664	630	11.294	18.221
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.642
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	4.642

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.100	746	16.846	16.297
Total Carteira Própria	16.100	746	16.846	16.297

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018		31/12/2017	
					Total	Total		
Carteira Própria								
Títulos Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	8.661
Títulos Privados								
Ações de Companhias Abertas	11.294	-	-	-	11.294	-	11.294	9.560
Total	11.294	-	-	-	11.294	-	11.294	18.221
Circulante							11.294	18.221
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	4.642
Total	-	-	-	-	-	-	-	4.642
Circulante							-	4.642

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018		31/12/2017	
				Total	Total		
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	16.846	16.846	16.846	16.297	16.297
Total	-	-	16.846	16.846	16.846	16.297	16.297
Longo Prazo					16.846	16.297	

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a	
		31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.262	6.638	8.141
Rendas de Títulos de Renda Fixa	706	1.632	5.705
Resultado Renda Variável ⁽¹⁾	2.232	1.779	(6.609)
Total	6.200	10.049	7.237

(1) Resultado com ações da JBS S.A

b.1) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

O Banco não teve operações de instrumentos derivativos nos exercícios de 2018 e 2017.

b.2) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Nos exercícios de 2018 e 2017 não tivemos resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 1 ativo (31/12/2017 - R\$ 14 ativo), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e Títulos Descontados	-	295
Empréstimos	-	295
Cédula de Produto Rural (CPR)	-	295
Subtotal	-	295
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(295)
Total	-	-

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2018			31/12/2017	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	-	-	-	-	295
Total	-	-	-	-	295

c) Concentração de Crédito

	31/12/2018				31/12/2017	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	-	100%	-	100%	295	100%
Total	-	100%	-	100%	295	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999. Não há saldo de operação de crédito no qual foi liquidada no segundo semestre de 2018.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			31/12/2017	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
H	100%	295	-	295	295
Total		295	-	295	295

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	295	10.926
Constituição Líquida de Reversão	(295)	(10.133)
Baixa para Prejuízo	-	(498)
Saldo Final	-	295
Circulante	-	(295)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	3	4.945

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No exercício de 2018 não tivemos créditos renegociados (31/12/2017 - 295).

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução n° 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de Dezembro de 2011, independentemente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

No exercício de 2018 não ocorreram cessões de crédito. Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios no exercício de 2017 foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 17.940, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor da venda carteira ativa	-	14.206
Valor da venda carteira baixada para prejuízo	-	3.734
Valor total da Venda	-	17.940

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Empréstimos	2	3	1.794
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	3	3	4.945
Total	5	6	6.739

9. Outros Créditos

a) Créditos Tributários

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	6.394	9.420
Constituições	1.246	2.074
Reversões	(4.556)	(5.100)
Saldo Final	3.084	6.394
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	420	378
Constituições	413	1.698
Reversões	(244)	(1.656)
Saldo Final	589	420

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018). Em dezembro de 2018 os créditos de CSLL foram calculados à alíquota de 15%.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo Fiscal	4.868	5.337
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	1.217	1.334
Base Negativa de Contribuição Social	5.654	6.121
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	848	1.224
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	295
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.421	2.273
Provisão para Despesas Administrativas	102	147
Ajustes Positivos ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	2.803
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(130)
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	104
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(5)
Perdas em Operações de Crédito	-	2.729
Outras Diferenças Temporárias	-	9
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	2.523	8.225
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	2.523	8.225
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	631	2.056
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	378	1.645
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	105
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	2.803
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	-	2.908
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	-	135
Total do Ativo Fiscal Diferido	3.074	6.394
Circulante	905	2.045
Longo Prazo	2.169	4.349

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo de crédito de CSLL em dezembro de 2018 foi calculado à alíquota de 15%.

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2018	31/12/2017
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	630	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	746	883
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(64)	(41)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	1.312	842
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	328	211
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	197	168
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	746	883
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	630	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	1.376	883
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	64	41
Total do Passivo Fiscal Diferido	589	420
Circulante	589	420

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo de passivo fiscal diferido de CSLL em dezembro de 2018 foi calculado à alíquota de 15%.

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	31/12/2018		Passivo Fiscal Diferido	31/12/2017	
			Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido		Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido
2018	-	-	-	2.045	420	1.625	
2019	905	589	316	2.659	-	2.659	
2020	1.078	-	1.078	1.690	-	1.690	
2021	413	-	413	-	-	-	
2022	509	-	509	-	-	-	
2023	169	-	169	-	-	-	
Total	3.074	589	2.485	6.394	420	5.974	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31/12/2018, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 2.677 (31/12/2017 - R\$ 5.995).

c) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	998	540
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	70	107
Adiantamentos Salariais/Outros	1	4
Total	1.069	651
Circulante	999	544
Longo Prazo	70	107

d) Outros Valores e Bens

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas	16	2
Total	16	2
Circulante	16	2

e) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de câmbio	16	16	-
Despesas de câmbio	(5)	(5)	-
Total	11	11	-

10. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			31/12/2018	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta	Participação Indireta
Controladas do Banco					
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%	99,99%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2018	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Total	100	-	100	100	-	-

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar.

11. Imobilizado de Uso

a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2018		31/12/2017	
			Residual	Residual	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(165)	76	100		
Sistemas de Processamento de Dados	975	(960)	15	50		
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(218)	40	64		
Total	1.475	(1.343)	132	214		

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

	31/12/2017			Transferência/ Baixas	Depreciação	31/12/2018	
	Saldo inicial	Aquisições				Saldo Final	
Outras Imobilizações de Uso							
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	100	-	-	-	(23)		77
Sistemas de Processamento de Dados	50	-	-	-	(35)		15
Sistemas de Segurança e Comunicações	64	-	-	-	(24)		40
Total	214	-	-	-	(82)		132

12. Intangível

a) Valor residual

	Custo	Amortização	31/12/2018	31/12/2017
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	447	(434)	13	62
Total	447	(434)	13	62

b) Movimentação do Intangível

	31/12/2017			Amortização	31/12/2018	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas		Saldo Final	
Gastos com Desenvolvimento	62	-	-	(49)		13
Total	62	-	-	(49)		13

13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
					Total	Total
Depósitos à Vista	21	-	-	-	21	84
Depósitos a Prazo - CDB	-	-	-	-	-	263
Total	21	-	-	-	21	347
Circulante					21	347

a.2) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2018	31/12/2017
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(1)	(10)	(36)
Captação no Mercado Aberto	(1)	(6)	(1)
Total	(2)	(16)	(37)

14. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Recolher	39	741
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	13	15
Impostos e Contribuições sobre Salários	-	5
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	682
Outros	27	32
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	459	-
Provisão para Imposto de Renda	241	-
Provisão para Contribuição Social	218	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	589	420
Total	1.087	1.154
Circulante	1.087	1.154

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1.1)	2.463	2.305
Provisão para Pagamentos a Efetuar	144	182
Despesas de Pessoal	-	42
Outras despesas administrativas	42	14
Outros pagamentos	102	126
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Credores Diversos - Exterior/País	29	46
Total	2.736	2.633
Circulante	273	328
Longo Prazo	2.463	2.305

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (vide Nota Explicativa nº 10).

15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. Em 31 de dezembro de 2018 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 70 (31/12/2017 - R\$ 107).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 31/12/2018 Trabalhistas	01/01 a 31/12/2017 Trabalhistas
Saldo Inicial	2.305	2.263
Constituição	29	-
Atualização Monetária	218	237
Reversão	(89)	(195)
Saldo Final	2.463	2.305

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até 4 anos.

b.2) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 o Banco possuía processos de natureza cível como perda possível o montante de R\$ 72 e em 2017 não tivemos processos cível e trabalhista classificados como possível.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2017 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 426 (31/12/2017 - R\$ 463).

c) JCP e Dividendos

No exercício de 2018 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio (31/12/2017 - R\$ 9.144).

d) Reserva de Lucros

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No exercício de 2018 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 57 (31/12/2017 - R\$ 612). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2018 atingiu o montante de R\$ 3.525 (31/12/2017 - R\$ 3.468).

d.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No exercício de 2018, foi constituída reserva no montante de R\$ 1.092 (31/12/2017 - 2.482). Em 31 de dezembro de 2018 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 19.939 (31/12/2017, de R\$ 18.847).

17. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A, Banco Original do Agronegócio S.A e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.185.805	1.307.344
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.185.805	1.307.344
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.707.459	8.017.216
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.032.755	6.467.540
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	856.029	857.777
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	818.675	691.898
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,6%	16,3%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados e de 16,5%.

Em 2018 e 2017 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2018 e 2017, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/09, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	27	-
Banco Original S.A.	-	-	27	-
Aplicações em Operações Compromissadas	104.101	97.148	3.083	8.136
Banco Original S.A.	104.101	97.148	3.083	8.136
Ações	11.294	9.560	1.779	(6.609)
JBS S.A. (JBS)	11.294	9.560	1.779	(6.609)
Depósitos à Vista	-	(6)	-	-
J&F Investimentos S.A	-	(6)	-	-
JCP a Pagar	-	(7.773)	-	(7.773)
J&F Participações S.A. ⁽¹⁾	-	(7.773)	-	(7.773)
Captações no mercado aberto	-	-	(3.311)	-
Banco Original S.A.	-	-	(3.311)	-

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Intermediação e Assessoria Financeira	-	-	29
Outras Prestações de Serviços	1	2	-
Total	1	2	29

20. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	-	(7)	(79)
Encargos	-	(3)	(65)
Benefícios	-	(6)	(31)
Total	-	(16)	(175)

21. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(280)	(539)	(1.482)
Depreciações e Amortizações	(64)	(131)	(212)
Propaganda e Publicidade	(71)	(101)	(182)
Comunicações	(80)	(150)	(201)
Processamento de Dados	(1.277)	(2.910)	(3.908)
Aluguéis	(13)	(25)	(24)
Serviços de Vigilância e Segurança	-	-	(1)
Serviços do Sistema Financeiro	(56)	(405)	(1.182)
Outros tributos e taxas	(6)	(10)	(49)
Outras	(83)	(258)	(1.108)
Total	(1.928)	(4.531)	(8.349)

22. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesa com COFINS	(321)	(472)	(361)
Despesa com ISS	-	-	(1)
Despesa com PIS/Pasep	(52)	(77)	(59)
Total	(373)	(549)	(421)

23. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atualização de Impostos a Compensar	17	36	-
Recuperação de Encargos e Despesas	-	3	-
Atualização de Depósitos Judiciais	2	10	21
Outras	-	-	3
Total	18	50	24

24. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	(118)	(158)	(42)
Indenizações Trabalhistas	-	(113)	(1)
Outras	-	-	(2)
Total	(118)	(271)	(45)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	5.033	5.977
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(3)	(1)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	5	778
Base de cálculo - CSLL	5.029	5.977
Base de cálculo - IRPJ	5.038	6.756
CSLL ⁽¹⁾	(1.951)	(1.195)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(1.933)	(1.689)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.884)	(2.884)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(3.884)	(2.884)

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em dezembro de 2018 os tributos diferidos foram calculados à alíquota de 15% e os impostos correntes à alíquota de 20%.

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a: Falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e consequentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria Executiva de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

28. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A. "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.